



**KHAN, SHEILA. PORTUGAL A LÁPIS DE
COR: A SUL DE UMA PÓS-COLONIALIDADE.
COIMBRA: ALMEDINA, 2015. 133p.**

Patrícia Isabel Martinho Ferreira¹

Começamos por assinalar que a obra não somente cumpre a promessa do título (a identidade portuguesa e a sua inerente condição pós-colonial), como também, e isso de uma forma assaz original, a premissa central da argumentação do estudo: a imperativa necessidade de valorizar a pluralidade de interpretações do e no espaço sociocultural português. Pluralidade inscrita, refira-se, tanto na variedade de “cores” pelas quais se compõe esse espaço, como na urgência de o conceber muito nitidamente enquanto espaço a partir do “sul”, o mesmo é dizer, a partir de uma metáfora que não é, senão, um modo de pensar a cultura portuguesa.

Como a autora explica, com inteira justeza, no final da introdução, o objetivo fundamental da sua proposta consiste em “olhar os vários ângulos, perspectivas, registros desta pós-colonialidade de expressão portuguesa, analisando, por um lado, as vozes e memórias daqueles que viveram a experiência colonial portuguesa com os seus processos de descolonização e de independência política e escolheram prosseguir com as suas vidas no tempo e espaço de uma determinada pós-colonialidade e, por outro lado, as percepções daqueles que investigam e pensam essa pós-colonialidade.” (KHAN, 2015, p. 46). Ou seja, o que se pretende, no fundo, é cruzar e fazer interagir, a bem de uma compreensão tão acutilante quanto possível das diversas implicações envolvidas, o que a socióloga designa, muito apropriadamente, de “pós-colonialismo do quotidiano” (algo como a *práxis*) com o “pós-colonialismo de cariz teórico e reflexivo” (a teoria).

Publicado no âmbito da “Série Identidades e Interculturalidades”, convirá apontar que este livro, resultante do pós-doutoramento da autora, surge em conjunto – melhor seria talvez dizer: em parceria – com um documentário (intitulado *Portugal híbrido, Portugal europeu? Gentes do ‘Sul’ mesmo aqui ao lado*), no qual nos são apresentados vários testemunhos de uma “pretensa comunidade moçambicana habitante em Portugal” (KHAN, 2015, p. 24) e de “sujeitos que pensam e investigam [a] *pós-colonialidade portuguesa*.” (KHAN, 2015, p. 126). Esta polifonia é convocada por Sheila Khan com um rigor terminológico digno de nota e uma não menos salutar clareza de estilo. Quatro são as áreas focadas: (i) as narrativas de vida no tempo colonial; (ii) o encontro entre as experiências ultramarinas e a realidade do pós-25 de abril; (iii) a consciência histórica de Portugal e o modo como a identidade portuguesa tem sido construída; (iv) e, ainda, os vários retratos da pós-colonialidade portuguesa pertencentes a uma nação que ora celebra a sua epopeia lusotropicalista, ora a sua condição europeia.

1 Doutoranda em Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University (EUA); patimf@brown.edu.

Afora a introdução, compõe-se o estudo de cinco capítulos, antecipados por um prefácio assinado por Paulo de Medeiros. No capítulo I, Sheila Khan, como seria de esperar, explicita o enquadramento teórico do seu estudo, enunciando os conceitos usados ao longo da argumentação. Nomeadamente o de “sociologia pós-colonial das ausências” (correspondente a uma reformulação do conceito “sociologia da ausência” proposto por Boaventura de Sousa Santos, note-se) através do qual se visa a enfatizar as experiências de certos grupos que viveram o colonialismo e os acontecimentos decorrentes da queda do regime ditatorial e da, conseqüente, abertura democrática; o fim das guerras colonial e de libertação; e as independências políticas dos territórios até então colonizados. Pessoas que, segundo a autora, continuam a estar a “sul” – que é como quem diz: na periferia – de um tipo de discurso comprometido com uma visão hegemônica e monolítica da identidade portuguesa. A socióloga traz à colação vários tenores da teoria pós-colonial (além de Boaventura de Sousa Santos, outras referências igualmente canônicas: Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres) que se têm debruçado criticamente sobre o discurso da modernidade e da racionalidade ocidentais, bem como sobre a lógica de colonialidade que tende a andar a compasso com esse tipo de discurso, como se sabe (uma lógica assente nas ideias de progresso e civilização e, logo, no direito de exclusão e marginalização) com um intuito bem claro: expor as fragilidades e contradições que a retórica colonial portuguesa e o seu correlato imaginário de modernidade faziam por ignorar ou disfarçar. A conclusão é esclarecedora: ainda hoje, numa persistente continuidade do passado colonial, se rasuram e se desvalorizam as vivências plurifacetadas que fazem parte da pós-colonialidade portuguesa.

A este capítulo, como de resto a todo o estudo, subjaz a ideia de o pós-colonialismo se referir tanto aos territórios que conquistaram as suas independências políticas quanto aos centros colonizadores que mantiveram sob o seu jugo milhares de vidas. Daí que descolonizar exija uma vigilância epistemológica austera. Isto é, requer interrogar os silêncios e romper de modo desinibido e enérgico com a invisibilidade social e cultural presente, no caso em análise, na pós-colonialidade portuguesa. Dito de outro modo, é fundamental repensar os efeitos do colonialismo português no presente.

O capítulo II constrói-se em torno da condição semiperiférica de Portugal e da tendência obsessiva do país-nação se ancorar na ideia de um centro imaginário, traços subjacentes à débil hegemonia colonizadora e à identidade nacional marcada pela inconstância, pela desterritorialização e pela experiência do exílio. Na senda de Boaventura de Sousa Santos, Paulo de Medeiros e Miguel Vale de Almeida, a socióloga vem dizer-nos convincentemente o quanto Portugal continua arreigado à sua retórica de colonialidade. Retórica visível no domínio de uma visão hegemônica da realidade social que faz com que as “Outras-gentes”, que também são, em boa verdade, parte de Portugal, não sejam reconhecidas, ou totalmente reconhecidas. Partindo de alguns testemunhos orais recolhidos para o documentário e de alguns exemplos ficcionais, a socióloga problematiza quer o conceito de multiculturalismo quer o discurso político que sobre ele se tem produzido, reconhecendo a existência na sociedade portuguesa de um “multiculturalismo monocultural”. Contradição explicável pela presença de várias culturas e pela ausência de um diálogo cultural feito efetivamente, porque, como é sublinhado, “a negociação da sociedade portuguesa com outras formas de estar e ser está longe de ser algo factual, visível e tátil.” (KHAN, 2015, p. 70).

No capítulo III, é aprofundado o olhar etnográfico da autora. Recolhendo testemunhos indicativos de uma diversidade de memórias e sintomáticos da necessidade de ser feito luto, Sheila Khan, adotando a perspetiva das memórias subjetivas – ou seja: aquelas que escapam a uma versão politicamente correta – fornece pistas e conteúdos de indiscutível relevância.

No capítulo seguinte, persiste o olhar sobre as vivências dos sujeitos da experiênciacolonial africana (rotulados, como sabemos, de “retornados”, na linguagem coletiva do pós-25 de abril) a partir da análise de narrativas recentes, autobiográficas ou ficcionais. Em abono da sua argumentação, a autora convoca as reflexões de Eduardo Lourenço e José Gil, destacando a imagem irrealista que os portugueses fazem de si próprios, assim como o mal-estar nacional decorrente da “ausência do luto por fazer da grande narrativa que foi o 25 de Abril.” (KHAN, 2015, p. 100).

Passados 40 anos dos processos de descolonização, é sobretudo no universo da emergente “literatura dos retornados” que se rompem os silêncios e se mostram outros espaços vivenciais – o dos “Outros-portugueses” (ex-combatentes e “retornados”) e o dos “Outros-africanos” – , em muitos casos marcados pelo trauma da perda e por uma cadeia imparável de não-pertenças. A questão do exílio é, neste contexto, proeminente, assim como a da crítica à postura colonial e colonizadora de Portugal em África. O quinto e último capítulo é dedicado às conclusões.

Embora Sheila Khan reitere o timbre etnográfico do seu projeto e a intenção de usar testemunhos fora do campo da literatura, acaba, infelizmente, por resvalar pelo domínio literário, com tudo o que isso implica e supõe. Creio dizer bem se disser que teria, na verdade, sido muito mais interessante, senão mesmo vantajoso (a bem da diversidade de registros) se Sheila Khan se tivesse demorado com atenção, por exemplo, na produção televisiva, cinematográfica e musical que nos últimos anos tem, criticamente (ou nem tanto), abordado estas matérias. Compreendemos, porém, a preferência da socióloga pela abordagem literária, tendo em conta a quantidade e a diversidade da produção na área das narrativas escritas.

Feita esta pequena ressalva, é justo reiterar a inegável importância deste estudo se se quiser verdadeiramente entrar nos meandros da pós-colonialidade portuguesa. O trabalho de Sheila Khan oferece, pois, aos leitores uma valiosa chave interpretativa que certamente não os deixará reféns de uma visão contaminada pela colonialidade da memória e do saber. Numa palavra, este estudo é, sem dúvida, imprescindível para quem desejar combater a insuficiência da memória oficial sobre o passado. E, sobretudo, para quem quiser (e souber) entender, sem complexos, a condição pós-colonial da sociedade portuguesa.

Texto recebido em 5 de julho de 2016 e aprovado em 18 de agosto de 2016.

